

# Políticas Públicas em Agroecologia

*Public Policies in Agroecology*

Célio Haverroth<sup>12</sup>

## RESUMO

A partir dos movimentos ambientais, na década de 1970, surgiu no debate da agricultura e do desenvolvimento rural a ciência e o movimento da agroecologia. Após várias décadas de construção teórica e ações práticas, as políticas públicas voltadas a esta área ainda são incipientes, tanto no âmbito federal, como dos estados e municípios, mas alguns programas e instrumentos jurídicos foram e estão sendo importantes, mesmo que não exclusivamente voltados para a agroecologia e transição agroecológica. Destacamos o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e os programas da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina, sempre associados ao trabalho da pesquisa agropecuária e extensão rural. A interação entre o Estado e suas estruturas e a sociedade civil organizada é um fundamento básico para a criação e implementação de boas políticas públicas de agroecologia, sendo os conselhos setoriais o principal ponto de encontro entre estes diversos atores sociais.

**Palavras-chave:** Agroecologia; Política Pública; Transição Agroecológica.

## ABSTRACT

From the environmental movements, in the 1970s, the science and movement of agroecology emerged in the debate on agriculture and rural development. After several decades of theoretical construction and practical actions, public policies aimed at this area are still incipient, both at the federal level and in the states and municipalities, but some programs and legal instruments were and are being important, even if not exclusively aimed at agroecology and agroecological transition. We highlight the National Program for Strengthening Family Agriculture and the National Policy for Agroecology and Organic Production and the programs of the State Secretariat for Agriculture and Rural Development of Santa Catarina, always associated with the work of agricultural research and rural extension. The interaction between the State and its structures and organized civil society is a basic foundation for the creation and implementation of good public agroecology policies, with sectoral councils being the main meeting point between these different social actors.

**Keywords:** Agroecology; Public policy; Agroecological Transition.

## RESUMEN

A partir de los movimientos ambientalistas, en la década de 1970, surgió la ciencia y el movimiento de la agroecología en el debate sobre la agricultura y el desarrollo rural. Luego de varias décadas de construcción teórica y acciones prácticas, las políticas públicas

---

<sup>12</sup> Engenheiro Agrônomo (UFSC, 1990), Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento (UFSC, 2012). Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri. e-mail: celiohaverroth@yahoo.com.br

dirigidas a esta área aún son incipientes, tanto a nivel federal como en los estados y municipios, pero algunos programas e instrumentos legales fueron y están siendo importantes, aunque no exclusivamente dirigidos a agroecología y transición agroecológica. Destacamos el Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar y la Política Nacional de Agroecología y Producción Orgánica y los programas de la Secretaría de Estado de Agricultura y Desarrollo Rural de Santa Catarina, siempre asociados al trabajo de investigación agropecuaria y extensión rural. La interacción entre el Estado y sus estructuras y la sociedad civil organizada es un cimiento básico para la creación e implementación de buenas políticas públicas de agroecología, siendo los consejos sectoriales el principal punto de encuentro entre estos diferentes actores sociales.

**Palabras-clave:** Agroecología; Política pública; Transición Agroecológica.

## Introdução

A Agroecologia, nos termos como hoje é reconhecida, surgiu no debate da agricultura e do desenvolvimento rural a partir dos anos 1970, embora sua construção teórica venha desde os anos 1920. Desde as primeiras publicações até os anos de 1960, a agroecologia era entendida mais como a aplicação da ecologia na agricultura. A partir de 1970, com o surgimento dos movimentos ambientais, a agroecologia passa a ser tratada como disciplina científica, incorporando um quadro conceitual com métodos holísticos para estudo dos agroecossistemas. Atualmente o foco vai além dos agroecossistemas, englobando todo o sistema alimentar (GLIESSMAN, 2002; WEZEL et. al., 2009; FRANCIS, et. al., 2003).

As raízes da Agroecologia, conforme Cuéllar-Padilla e Calle-Collado (2011) têm duas vertentes principais. A primeira é de origem pré-moderna, que considera as

práticas das comunidades agrícolas tradicionais e a segunda tem uma perspectiva pós-moderna, proveniente de movimentos sociais e contraculturais.

Os princípios e conceitos apresentam algumas variações no tempo cronológico e nos espaços científicos diferentes, em função do processo de construção do paradigma. Algumas diferenças de interpretação do termo Agroecologia também ocorrem por problemas de tradução, além dos significados diferentes em diferentes culturas (WEZEL, 2009).

O chileno Miguel Altieri, professor da Universidade da Califórnia, Campus de Berkeley, EUA, foi um dos primeiros a lançar uma publicação utilizando o termo agroecologia, em 1983 e, a partir daí, tem se destacado como um dos principais autores e conferencistas. Para Altieri e Nichols (2000, p.14),

Agroecologia é a disciplina científica que enfoca o estudo da agricultura desde uma perspectiva ecológica e se define como um marco teórico cujo fim é analisar os processos agrícolas de maneira mais ampla.

Outro autor que trabalha com um conceito mais técnico produtivo é Gliessman (2002, p.130), que define Agroecologia como:

uma ciência para a aplicação de conceitos e princípios ecológicos para desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis”.

Gliessman (2002) entende que a agroecologia é uma composição da agronomia com a ecologia, duas ciências que, historicamente, estiveram distanciadas. Para este autor, a agroecologia estabelece condições para o desenvolvimento de novos paradigmas na agricultura, em parte porque praticamente elimina a distinção entre a geração de conhecimento e a aplicação, ao tempo em que valoriza o conhecimento local empírico dos agricultores, enfoque que exige uma nova postura do extensionista e do pesquisador.

O grupo de professores da Universidade de Córdoba, Espanha, liderado pelo professor Eduardo Sevilla Guzmán, trabalha com um conceito mais amplo, em que as dimensões ambiental, econômica e social aparecem claramente:

A Agroecologia pode ser definida como o manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva que apresentem alternativas à atual crise civilizatória” (SEVILLA GUZMÁN, 2006, p. 1).

Ressalvada a questão conceitual acima, para o agricultor e suas organizações o que mais importa são as condições estruturais para fazer a transição para sistemas de produção sustentáveis e a construção do mercado para a comercialização dos insumos e produtos.

A realidade da maioria dos Países, em especial o Brasil, em que prevalecem as desigualdades sociais com carências básicas relacionadas inclusive à alimentação, saúde e educação, não permite planejar o futuro sustentável sem considerar forte investimento em políticas públicas. Consideramos aqui o conceito de acordo com Amaral (2008;5 ) em que

políticas públicas são um conjunto de ações e decisões do governo voltadas para a solução de problemas da sociedade.

Neste artigo, abordamos o estado da arte em termos de políticas públicas existentes e que possam ser apropriadas pelos agricultores familiares e pescadores artesanais no âmbito da agroecologia.

## 1. Ciclo das Políticas Públicas

Cada vez mais a gestão das estruturas públicas precisa seguir princípios fundamentais que possibilitem a eficiência das ações, a eficácia e a efetividade em termos de resultados, o que exige um planejamento com início, meio e fim, considerando as reais

necessidades da população, a capacidade de intervenção do Estado e a participação da sociedade civil. No caso das políticas públicas, vamos seguir o raciocínio de acordo com as seguintes etapas:

- a) Identificação dos problemas e potencialidades: uma intervenção que pretenda atingir os reais objetivos em termos de desenvolvimento sustentável deve partir da realidade, com estratégias metodológicas apropriadas para o diagnóstico. Neste caso não há receita, mas sim ferramentas diversas que podem ser utilizadas, tais como a análise de ambiente interno e externo, diagnóstico de sistemas agrários, conferências por área, planejamento participativo, entre outros. Apesar dessa premissa parecer evidente, muitas vezes nos deparamos com políticas públicas elaboradas a partir de demandas individuais ou “ideias mágicas” que não encontram aderência à situação real.
- b) Formação da agenda: com a identificação das principais demandas existentes, os temas levantados precisam ser objeto de discussão e estudos e, neste momento, fazer parte da agenda dos atores envolvidos, tanto as estruturas do Estado, como as representações da sociedade civil. É o tempo de amadurecimento e preparação para a próxima etapa.
- c) Formulação de políticas: a formulação de uma política pública mais adequada ocorre quando os diversos atores têm a possibilidade de contribuir com sugestões. O espaço formal de encontro entre o aparelho estatal e a sociedade civil para esta finalidade são os conselhos por área temática. No caso da agroecologia, podemos citar como mais aderentes os conselhos de desenvolvimento rural ou agricultura,

meio ambiente e segurança alimentar, mas outras áreas como educação, saúde entre outros, também devem ser envolvidos.

- d) Tomada de decisão: a tomada de decisão normalmente cabe ao poder público através do executivo e legislativo, cada um com suas atribuições, inclusive no que diz respeito ao orçamento. Todavia, considerar a participação dos conselhos nos momentos de decisão é uma boa prática da gestão pública.
- e) Implementação: este momento é o mais esperado pelos diversos atores, mas para que a política obtenha êxito, as etapas anteriores precisam ser bem realizadas, garantindo-se todo o processo.
- f) Avaliação da política: o documento elaborado para a política deve contemplar mecanismos de monitoramento e avaliação, para que o esforço obtenha os resultados esperados, garantindo os ajustes necessários no decorrer da implementação. Normalmente os indicadores mais fáceis de serem mensurados são os de eficiência, que demonstram se a política está ou não sendo implementada e, na maioria das vezes, estes são os mais utilizados. No entanto, apesar de maior custo e maior complexidade metodológica, a avaliação precisa identificar se a política está sendo eficaz e efetiva, ou seja, se os investimentos estão sendo repercutidos em melhoria e ganhos reais ao público beneficiado.

## **2. Mecanismos das Políticas Públicas para a Agricultura Familiar**

Vamos abordar de forma bem simplificada os principais mecanismos que precisam estar presentes nas políticas

públicas para a agricultura familiar e, em consequência, para a agroecologia.

- a) Legislação: a previsão legal é um fundamento básico para a permissão ao poder público em qualquer ação que envolva recursos para determinado fim. O principal instrumento jurídico é a Constituição Federal, seguindo-se as leis, decretos, instruções normativas, entre outros.
- b) Apoio técnico: a pesquisa agropecuária e a extensão rural têm papel muito importante para a agricultura familiar e a agroecologia e são, em si, políticas públicas de apoio. Entre as tecnologias para a conservação da biodiversidade, descritas por vários autores, estão o uso do solo de acordo com a capacidade de uso, adubação verde, plantas recuperadoras, consorciação, rotação de culturas, uso de quebra ventos, pastoreio racional, plantio direto sem dessecação, compostagem, sistemas agroflorestais, alelopatia, controle biológico e uso de plantas protetoras. A manutenção da biodiversidade e o conhecimento sobre as sucessões naturais e plantas indicadoras estão no contexto das tecnologias de base ecológica (FERREIRA et al., 2000; PAULUS et al., 2000; GALÁN; POHLAN, 2005).
- c) Fomento aos investimentos: a capacidade de alavancagem dos empreendimentos depende de financiamentos e o crédito rural é uma política já consolidada de apoio público à agricultura familiar. Atualmente, o grande destaque é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, mas diversas outras possibilidades também estão presentes, como no Estado de Santa Catarina, onde muitos investimentos têm sido possibilitados

com apoio do Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural – FDR.

- d) Sanidade: tanto na área animal como na área vegetal, a sanidade da produção é um item necessário e o poder público, através de suas estruturas para esta finalidade, são essenciais. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA é o responsável por esta área no âmbito federal e os estados têm estruturas específicas, como no caso da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – Cidasc.
- e) Apoio ao custeio: em muitas situações não basta o recurso para o investimento nas estruturas de produção ou comercialização, mas também se faz necessário o apoio com capital de giro para o custeio das atividades, seja através do crédito rural através de outras fontes.
- f) Comercialização: o acesso ao mercado geralmente é mais complexo do que a própria produção e o Estado tem a possibilidade de propiciar mecanismos de apoio, tanto em programas como a compra direta dos agricultores e pescadores para uso institucional, na estruturação de equipamentos de comercialização, na formação e apoio de centrais de abastecimento e redes de logística, além, do financiamento a estas estruturas privadas.
- g) Incentivos fiscais: este é um mecanismo que pode ser utilizado tanto na isenção total ou parcial de produtos no campo agroecológico, como de insumos direcionados a este perfil de produtores.
- h) Seguro agrícola e pecuário: da mesma forma podem ser criados modelos de seguro agrícola específicos para produtos agroecológicos ou em transição.

### 3. Políticas Públicas Federais

Dentre as políticas públicas federais existentes e que atendem também na perspectiva da agroecologia, o maior destaque é o Pronaf. São várias modalidades de financiamento com juros subsidiados (Mais Alimentos, Agroindústria, Mulher, Jovem, ABC + Agroecologia, Produtivo Orientado e Garantia de Preços para a Agricultura Familiar). Para ter enquadramento no programa, o beneficiário deve atender aos seguintes requisitos: explorar parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária ou permissionário de áreas públicas; residir no estabelecimento ou em local próximo; não deter área superior a quatro módulos fiscais; no mínimo 50% da renda bruta familiar ser proveniente da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; tenha o trabalho familiar predominante; renda bruta familiar anual de até R\$ 500.000,00. São também beneficiários os pescadores artesanais, aquicultores com área não superior a 2,0 ha, ou 500 metros cúbicos de água em tanque rede, silvicultores que promovam o manejo sustentável, comunidades quilombolas, povos indígenas e demais povos tradicionais.

Também destacamos a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PRONATER, instituída pela Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Apesar de representar um avanço importante na política de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, após a criação da Lei, poucos esforços foram observados no sentido de sua consolidação e, atualmente, tanto as organizações públicas estaduais como as organizações não governamentais de ATER não contam com

investimentos significativos por parte do Governo Federal.

Uma política pública criativa e de muita aderência à agroecologia são as compras institucionais da agricultura familiar. No programa nacional da alimentação escolar, a exigência de que um percentual mínimo de trinta por cento dos alimentos sejam adquiridos da agricultura familiar é uma forma de promover, ao mesmo tempo, a produção de alimentos saudáveis e a educação alimentar das crianças e, em consequência, das suas famílias. A criação de hábitos saudáveis pelo consumidor é uma questão crucial para que a perspectiva agroecológica tenha futuro promissor. Também o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA, modificado no Governo atual para Programa Alimenta Brasil – PAB, possibilita o fornecimento de alimentação de qualidade às famílias necessitadas, com incentivo aos agricultores familiares e pescadores artesanais. A grande dificuldade de operacionalização desses programas é a logística necessária em termos de transporte e armazenamento dos produtos, o que tem sido enfrentado através da formação de redes de cooperação, ou seja, transforma-se uma dificuldade em solução na organização dos produtores.

Através do Decreto 7794, de 2012 foi instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.

Um dos principais instrumentos da PNAPO é o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO, conhecido como Brasil Agroecológico. O primeiro ciclo do

Plano, que abrangeu o período de 2013 a 2015, resultou em amplo conjunto de ações públicas que envolveu a destinação de mais de R\$2,9 bilhões. Além de ter incentivado a articulação entre agentes públicos e privados em torno da agroecologia, o PLANAPO contribuiu para a incorporação do tema em processos de planejamento e implementação de políticas públicas, tanto em nível federal, quanto subnacional. Em um processo de continuidade e aperfeiçoamento do primeiro ciclo do Plano, foi lançado o PLANAPO 2016-2019, por meio da Portaria Interministerial MDA/SEGOV/PR nº 1, de 3 de maio de 2016 a partir das mesmas bases de ampla participação da sociedade civil. Com o fim do Governo Dilma, a PNAPO deixou de ter destaque e atualmente é inexistente.

#### **4. Políticas Públicas do Estado de Santa Catarina**

No Estado de Santa Catarina, a pesquisa agropecuária e a extensão rural pública estão presentes através da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural – Epagri, que mantém escritórios em quase todos os municípios, além de nove estações experimentais e quatro centros especializados. A missão da empresa é fornecer conhecimento e tecnologia para o desenvolvimento sustentável do meio rural catarinense e, embora não tenha como objetivo central a agroecologia, a estruturação técnica e o planejamento estratégico dos programas técnicos prevê a realização de projetos de pesquisa e extensão com foco na sustentabilidade. Entre as linhas de trabalho em destaque está a produção de frutas e hortaliças em sistema plantio direto, numa proposta metodológica de transição agroecológica. Na estação experimental de Itajaí está centralizado o trabalho com produção orgânica de hortaliças e diversos trabalhos na transição agroecológica da produção de banana. Assim como estes

exemplos, são muitas as linhas de trabalho aderentes à agroecologia na Epagri.

A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – Cidasc é outra empresa pública vinculada à Secretaria da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural - SAR. O foco principal da Cidasc é a sanidade animal e vegetal, ação necessária para garantir a produção e a comercialização dos produtos da agricultura familiar.

A estrutura pública com vistas à comercialização dos produtos agrícolas é a Central de Abastecimento de Santa Catarina – Ceasa, que não tem iniciativas específicas visando a agroecologia.

A Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural disponibiliza uma série de programas voltados à agricultura familiar e que podem ser acessados para o desenvolvimento de processos de transição agroecológica. O programa Terra Boa inclui o fornecimento de calcário, sementes e recurso para investimentos e custeio na melhoria da qualidade do solo e da pastagem. O kit forrageira é formado por mais de 80 (oitenta) produtos fornecidos a partir de um projeto técnico elaborado pela Epagri. O valor do kit é de R\$6 mil, que pode ser pago em três parcelas anuais, sem juros, ou caso o produtor queira pagar no primeiro ano terá um desconto de 30% incidente sobre a segunda parcela e 60% sobre a terceira. O Kit Solo Saudável é composto por sementes de ao menos duas espécies ou cultivares de plantas para adubação verde e insumos (fertilizantes químicos e ou orgânicos, inoculantes ou qualquer outro insumo relacionado a melhoria e conservação do solo), e visa promover o melhoramento do solo e da produtividade nas propriedades rurais no Estado de Santa Catarina.

O Fomento Agro é um financiamento sem juros às Cadeias Produtivas Agrícolas e

Pecuárias. O público são os agricultores e pescadores enquadráveis no Pronaf, mesmo que detenham mais de quatro módulos fiscais de área. Podem ser realizados investimentos em sistemas produtivos agrícolas e pecuários até o limite de R\$40 mil por família, com prazo de até 5 anos, sem juros. O Fomento às cadeias produtivas aquícolas e pesqueiras têm as mesmas características, mas o público são aquícultores e pescadores.

O Programa Cultivando a Água e Protegendo o Solo também é destinado aos agricultores enquadráveis no Pronaf, mesmo que detenham mais de quatro módulos fiscais, e tem por objetivo apoiar investimentos no isolamento e recuperação de mata ciliar, proteção e recuperação de nascentes, terraceamento e cobertura de solo. O limite de financiamento é de 15 mil reais por família e há uma subvenção de até 30% da parcela paga em dia, sendo que o prazo é de cinco anos.

Em 2021 foi aprovada a Lei Estadual 18.200, que institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, sendo que, no momento, esta ainda se encontra em trâmites de regulamentação. Também está em regulamentação a Lei 18.355 de 2022, que define a política estadual de compras institucionais da agricultura familiar. Esta será uma grande oportunidade para a comercialização de produtos para o consumo pelos órgãos estaduais, tanto da administração direta como indireta.

## **5. Políticas Públicas Municipais**

Os municípios também podem criar políticas públicas em apoio à agroecologia, tais como apoio às feiras livres, apoio técnico aos agricultores e pescadores, articulação entre os diversos órgãos de controle e de apoio, isenção de taxas municipais, etc.

Uma iniciativa inovadora foi criada por algumas administrações municipais, sendo pioneiro o município de Rio do Campo, SC.

Trata-se do Vale Feira, em que os servidores públicos recebem um valor mensal destinado à aquisição de produtos da agricultura familiar, comercializados nas feiras livres.

As compras institucionais com recurso do município também podem, através de programas específicos, destinar um percentual para aquisições diretas dos agricultores familiares e pescadores artesanais.

Outra tendência importante é a agricultura urbana, em que espaços públicos ou privados podem ser destinados à produção de alimentos destinados às populações vulneráveis. O município pode criar mecanismos de apoio a estas iniciativas, tais como a isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, para terrenos em desuso e que possam ser destinados a esta finalidade.

## **6. Participação Social**

A agroecologia, como um movimento que envolve todos os segmentos progressistas da sociedade, requer em todos os aspectos a interação entre os diversos atores sociais.

O setor público tem o papel de promover a articulação entre os diversos órgãos, com o objetivo de facilitar a execução de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento de iniciativas no campo da produção e da comercialização. Em Santa Catarina, a articulação formalizada de maior atividade e com aderência à agroecologia é a Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, que articula as ações nesta área entre os diversos órgãos estaduais e está diretamente interligada com o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, SC.

A participação da Sociedade Civil na construção e efetivação de políticas públicas é essencial e está prevista na Constituição Federal. A participação nos conselhos setoriais nos âmbitos federal, estadual e municipal, além de dar vida às políticas

públicas, é um direito assegurado à sociedade organizada. Os principais conselhos relacionados ao tema da agroecologia são os de agricultura e desenvolvimento rural, os de segurança alimentar e nutricional, de saúde e educação.

As cooperativas e associações de produtores e de consumidores também exercem papel importante na estruturação de redes de agroecologia, facilitando a organização da produção e da comercialização dos produtos.

## **7. Considerações Finais**

A Agroecologia é um conceito construído por um longo período envolvendo agricultores e suas organizações, povos originários e povos e comunidades tradicionais, profissionais de diversas áreas, instituições governamentais e não governamentais e a academia.

Nos últimos anos, muitos eventos foram realizados, experiências compartilhadas, artigos e outras produções científicas foram publicadas, enquanto a evolução prática do processo foi aquém do esperado pelo movimento como um todo, apesar das conquistas.

A transição agroecológica é um processo gradual que, na unidade de produção familiar, envolve a conversão dos sistemas de produção e o estabelecimento de novas relações com o mercado. O fortalecimento do processo de transição agroecológica depende, em nível macro, de políticas públicas e ações sociais coletivas para o desenvolvimento de práticas e tecnologias de base ecológica, acesso à terra e sucessão hereditária, reforma de organizações de pesquisa e extensão, formação holística de profissionais para o desenvolvimento rural, microcrédito e mercado solidário em circuitos curtos.

As políticas públicas vinculadas à agroecologia evoluíram mais em alguns momentos, enquanto regrediram em outros e, na maioria das vezes, essas políticas não tiveram o objetivo claro de promoção da agroecologia mas, pelas características dos programas e ações, puderam ou podem ser apropriadas pelos agricultores agroecológicos ou em transição.

Os principais instrumentos jurídicos diretamente relacionados ao tema são a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e, no âmbito de Santa Catarina, a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica. A primeira está regulamentada, mas para sua efetiva aplicação depende de decisão política governamental, enquanto a segunda ainda está em fase de regulamentação.

O principal programa federal que foi apropriado pelo movimento da agroecologia foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, através de financiamentos de investimento e custeio às atividades agropecuárias, agroindustriais e de comercialização. De grande importância também destacamos os programas de compras institucionais da agricultura familiar, em especial o PNAE e PAA/PAB e também a pesquisa agropecuária e a extensão rural.

Em Santa Catarina, diversos programas da Secretaria de Estado da Agricultura podem ser apropriados para a agroecologia e a transição agroecológica, sempre associados à ATER, através da Epagri.

A construção e efetivação de políticas públicas no campo da agroecologia depende da decisão política dos governos e da ampla participação social.

## Referências

ALTIERI, M.; NICHOLS, C. **Agroecologia: Teoría y práctica para una agricultura sustentable**. México: PNUMA, 2000.

AMARAL, N. (Coord.) **Políticas públicas: conceitos e práticas**. v. 7. Belo Horizonte: Sebrae, 2008. 48 p. Série Políticas Públicas.

CUÉLLAR-PADILLA, M; CALLE-COLLADO, A. Can we find solutions with people? Participatory action research with small organic producers in Andalusia. **Journal of Rural Studies**, v. 26, n. 4, p. 372-383, oct 2011.

FERREIRA, T.N.; SCHWARZ, R.A.; STRECK, E.V. **Solos: manejo integrado e ecológico, elementos básicos**. Porto Alegre: EMATER/RS, 2000.

FRANCIS, C.; LIEBLEIN, G.; GLIESSMAN, S.; BRELAND, T.A.; CREAMER, N.; HARWOOD; SALOMONSSON, L.; HELENIUS. J.; RICKERL, D.; SALVADOR, R.; WIEDENHOEFT, M.; SIMMONS, S.; ALLEN, P.; ALTIERI, M.; FLORA, C.; POINCELOT, R. **Agroecology: The ecology of food systems, Journal of Sustainable Agriculture**, Philadelphia, USA, V. 22, p. 99–118, 2003.

GALÁN, Ángel Leyva; POHLAN, Jürgen. **Agroecología en el trópico - Ejemplos de Cuba: La biodiversidad vegetal, cómo conservarla y multiplicarla**. Aachen, Germania: Shaker Verlag, 2005.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecología: procesos ecológicos em agricultura sostenible**. Turrialba, Costa Rica: CATIE, 2002.

SECRETARIA de Estado da Agricultura, Da Pesca e do Desenvolvimento Rural. **Programas**. Disponível em <<https://www.agricultura.sc.gov.br/programas/>> Acesso em 14/11/2022.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **La Agroecología como estrategia metodológica de transformación social**. 2006. Disponível em <[http://www.agroeco.org/brasil/books\\_port.html](http://www.agroeco.org/brasil/books_port.html)> Acesso em 15/04/08.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DOR'E, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. **Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, n. 4, p. 503-515, oct-dec 2009.